

ÉTICA E AUTO-INTERESSE

Maria de Fátima Rocha Maia¹

INTRODUÇÃO

No transcurso da modernidade é possível perceber mudanças nas relações do homem com o seu meio. Em função disso, surgiram problemas bastante complexos, que se relacionam com as mudanças de valores do indivíduo ocorridas na modernidade. Tais problemas, em alguma medida, se relaciona com o auto-interesse do indivíduo e com as questões éticas advindas dessas mudanças comportamentais.

Assim, esse estudo procura fazer uma breve reflexão sobre tais mudanças. Nesse sentido, é importante que se tenha em mente que, o indivíduo provido de valor conduzirá sua vida de uma maneira ética. No entanto, deve-se destacar o dilema em que se encontra esse indivíduo, pois agir de forma a satisfazer ao seu próprio interesse, pode não corresponder a uma ação ética. O que está por trás dessa questão é exatamente o fato de que os valores foram mudando no transcurso da modernidade.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre a relação entre ética e auto-interesse. Para tanto, foi desenvolvida uma abordagem sobre o Ótimo de Pareto e a Eficiência Econômica, onde se tentou mostrar como o indivíduo enfrenta o dilema: ética e auto-interesse.

O trabalho foi desenvolvido a partir de bibliografias disponíveis a respeito do assunto e esta dividido em três seções principais, não incluindo essa introdução e a conclusão. O primeiro ponto é a discussão sobre ética e moral, a segunda parte traça uma discussão sucinta sobre as mudanças de valores ocorridas na modernidade e a terceira seção tenta explicar a relação existente entre ética e auto-interesse, utilizando a eficiência econômica e o ótimo de Pareto para tentar elucidar melhor essa questão.

ALGUNS CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ÉTICA, MORAL, MODERNIDADE E AUTO-INTERESSE

ÉTICA E MORAL

Com o passar do tempo, as relações do homem com o seu meio avançaram e adquiriram uma complexidade cada vez maior. Autores como FAGÚNDEZ², por exemplo, dão a entender que, com a modernidade surgiram alguns problemas, muitos deles de grande proporção. Nesse contexto, é difícil vislumbrar um novo cenário no qual os seres humanos apresente significativas alterações comportamentais, sem que isso represente algum tipo de reflexão de cunho ético e/ou moral.

1 Professora da Universidade Estadual de Montes Claros e doutoranda - UNL – rochamaiaster@gmail.com

2 http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/cejur/arquivos/significado_modernidade_paulo_fagundez.pdf

Para compreender e aprofundar o debate sobre os problemas éticos da modernidade é preciso ter claro o que seja ética e distinguí-la da moral. É comum utilizar o termo ética como sinônimo de moral, uma vez que, etimologicamente verifica-se uma confluência entre os termos. ética, do grego *ethos*, no seu sentido original significa “morada”, “lugar em que vivemos”; posteriormente o termo passa a significar “o caráter”, “o modo de ser” que uma pessoa ou que um grupo vai adquirindo ao longo da vida. Por sua vez, a Moral, vem do latim *mos, moris*, no sentido original da palavra significa “costume”, mas, passa a significar “o caráter” ou “modo de ser”³.

Dessa forma, o uso dos termos ética e moral são intercambiáveis em muitos contextos. Porém, mesmo que de forma simplista, é oportuno diferenciar um aspecto importante relativo aos dois termos. moral diz respeito ao comportamento concreto aceito como correto; enquanto o termo ética está relacionado ao estudo dos comportamentos morais do homem. De qualquer forma, embora não seja desejável, é comum caracterizar-se um comportamento como não ético quando ele não se ajustou aos padrões habituais da moral vigente.

Portanto, deve-se ter claro que, tanto ética quanto moral referem-se à ação moral, todavia os termos tratam de níveis diferentes de reflexão. Logo, conforme aponta CORTINA & MARTINEZ (2005:20) ética refere-se à filosofia moral e “a moral” refere-se aos diferentes códigos morais concretos. O termo moral pode ser entendido também como sendo um “conjunto de princípios, normas, preceitos e valores que regem a vida dos povos e dos indivíduos” transmitidos de geração em geração “na confiança de que se trata de um bom legado de orientações sobre o modo de se comportar para viver uma vida boa e justa”. E o termo ética, diz respeito a “disciplina filosófica que constitui uma reflexão de segunda ordem sobre os problemas morais”. Esses autores destacam inclusive que a ética, como parte da filosofia, pode ser vista como:

(...) um tipo de saber que se tenta construir racionalmente, utilizando para tanto o rigor conceitual e os métodos de análise e explicação próprios da filosofia. Como reflexão sobre as questões morais, a ética pretende desdobrar conceitos e argumentos que permitam compreender a dimensão moral da pessoa humana nessa sua condição de dimensão moral, ou seja, sem reduzi-la a seus componentes psicológicos, sociológicos, econômicos ou de qualquer outro tipo (embora obviamente, a ética não ignore que tais fatores condicionam de fato o mundo moral⁴,

Fica evidente ainda nos argumentos dos citados autores que, tanto a moral como a ética constituem saber que oferece orientações para as ações dos seres humanos. No entanto, enquanto a moral propõe ações concretas em casos concretos, a ética, que se refere a um saber normativo, procura refletir sobre as diferentes morais e as diferentes maneiras de justificar racionalmente a vida moral. Dessa forma, pode orientar a ação indiretamente, indicando a concepção moral mais razoável à orientação do comportamento humano.

A ética, entendida também como “filosofia moral”, não pretende ter uma incidência imediata na vida cotidiana. Objetiva, de fato, esclarecer reflexivamente os aspectos relativos à moral. O resultado dessa reflexão pode servir, de modo indireto, para orientar moralmente os que pretendam agir racionalmente no conjunto da sua vida⁵.

3 CORTINA & MARTINEZ (2005)

4 Cortina e Martinez (2005:9)

5 CORTINA & MARTINEZ (2005: 11)

É natural que o homem assuma juízos de valores em relação aos diversos aspectos que vivencia. Dentre esses, é possível distinguir um juízo moral e um juízo ético. O primeiro refere-se à “opinião suficientemente pensada sobre a bondade ou a malícia das intenções, dos atos e das conseqüências implicadas em cada um desses problemas”. Para estabelecer um juízo moral em relação a um determinado evento, o indivíduo precisa ter capacidade de raciocínio, conhecer os princípios básicos da doutrina moral que se considera válida. O segundo, juízo ético, leva em consideração a concepção moral que serviu de referência para estabelecer o juízo moral anterior. E ele estará corretamente formulado se for a conclusão de uma série de argumentos filosóficos, solidamente construídos, que mostrem boas razões para preferir a doutrina moral escolhida.

Dessa forma, a moral relaciona-se ao conjunto de relações comportamentais decorrente do conjunto de valores socio-culturais que se estabelecem como normas, que orientam a tomada de decisões pelos indivíduos. A ética refere-se à ciência do comportamento humano - é o estudo do comportamento moral das sociedades ou grupos de indivíduos, ou seja, do comportamento moral dos homens em sociedade. Compete a moral estabelecer o que deve ou não ser feito em cada caso; compete a ética refletir sobre os princípios que fundamentam o comportamento moral. É oportuno esclarecer que a ética apresenta tripla função, a saber:

- 1) esclarecer o que é a moral, quais são seus traços específicos; 2) fundamentar a moralidade, ou seja, procurar averiguar quais são as razões que conferem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente; e 3) aplicar aos diferentes âmbitos da vida social os resultados obtidos nas duas primeiras funções, de maneira que se adote nesses âmbitos sociais uma moral crítica (...), em vez de um código moral dogmaticamente imposto ou da ausência de referências morais.⁶

As preocupações no estudo da ética perpassam além das variações dos costumes, a formulação de princípios universais. Filósofos como Sócrates e Kant preocuparam-se com este caráter universal da ética. Para eles, uma “(...) boa teoria ética deveria atender à pretensão de universalidade, ainda que simultaneamente capaz de explicar as variações de comportamento, características das diferentes formações culturais e históricas”⁷.

Por essa perspectiva verifica-se que houve transformações nas concepções “éticas” ao longo do tempo. Nesse ambiente, é interessante investigar como a ética se relaciona com a modernidade. Para tanto, apresentar-se-á, a seguir, algumas considerações acerca dessa relação, mesmo sabendo que um estudo mais profundo sobre esse tema envolve uma série de abordagens as quais não compõe objeto do estudo deste trabalho.

ÉTICA NA MODERNIDADE

Discutir questões relacionadas a ética implica em considerar todos os aspectos contextuais que direta e/ou indiretamente tem relações com elas. Identificar, portanto, as diversas características do meio é importante no processo de compreensão das concepções nele aceitas como ética e/ou “moralmente” corretas. Assim, aspectos relacionados à modernidade, ao neoliberalismo e à globalização, devem ser considerados ao se analisar o tema proposto nesse estudo.

6 Sen, 1999, p.21

7 Formentini e Oliveira citando VALLS, A. O que é ética. 9ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

No que se refere a modernidade diversos autores, a exemplo de Touraine, Wagner, Silveira, verificam que as transformações ocorridas na sociedade relacionam-se, em alguma medida, às mudanças nos seus padrões éticos. Desta forma, “não é possível discutir os fenômenos relativos a ética sem que se mencione as transformações ocorridas na sociedade”⁸.

Mas, o que vem a ser modernidade? Essa é uma discussão importante na qual vários autores contribuem com diversas idéias, nem sempre convergentes. Alguns autores dão importante contribuição no estudo da modernidade. Para Soares⁹ a modernidade destaca a concepção do desenvolvimento das ciências objetivas, considerando a moralidade e a lei para a “organização racional das condições de vida e das relações sociais”. Alain Touraine, por sua vez, anuncia que:

o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões¹⁰,

FAGÚNDEZ, observa que, não existe um conceito fechado sobre modernidade, porque a modernidade não possui um significado unívoco. Ela pode ser entendida como o que “traz o novo, que surge para a superação do velho”. Por isso mesmo, esse autor chega a questionar, inclusive, se a modernidade “existiu em determinado momento histórico ou ainda é algo a ser construído”. Nesse sentido, entende que, a modernidade está em permanente construção e para melhor compreendê-la é preciso um exercício constante de autocrítica, pois, “a modernidade é um projeto de toda a sociedade”.

O citado autor, vai argumentar ainda que, a “humanidade passou de uma sociedade tradicional, alicerçada na fé absurda e na tradição, para uma sociedade regida pela racionalidade”. Não se vislumbra uma explicação para os fenômenos por meio das forças do sobrenatural, é na metodologia científica, na ciência que essa explicação é buscada. “Deus não é mais o princípio do juízo moral, mas sim, a filosofia política dos iluministas”. A modernidade traz uma visão fragmentada do mundo, e que cientificamente quer controlar a natureza.

É como se a vida pudesse ser dominada. É, ... o grande projeto da modernidade, ainda presente no século XXI. O que almeja em essência é construir grandes teorias para os dramas humanos sejam resolvidos,... doenças curadas, violência eliminada ... problemas políticos e sociais resolvidos.

Essa percepção não pode ser vista como isolada. Em seus estudos, outros teóricos também caminham na mesma linha de raciocínio. Nesse caso, TOURAINE citado por SILVEIRA, destaca a importância da razão e sua relação com a ciência. Para o autor:

é a razão que anima a ciência e suas aplicações; é ela ... que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas; é ela, ... , que substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado. A humanidade, agindo segundo suas leis, avança simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade.

8 Peter Wagner disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_02.htm

9 http://www.senado.gov.br/web/cegraf/riil/Pdf/pdf_147/r147-21.PDF

10 TOURAINE citado por SILVEIRA.

Vale notar que, no transcurso da modernidade, em razão do desenvolvimento da ciência, vai ocorrer uma certa rejeição de preceitos cristãos. SILVEIRA, fazendo referência à Touraine, argumenta que, um dos grandes problemas da modernidade é que ela para se desenvolver, estabeleceu uma luta contra parte de si mesma, fez a caça ao *sujeito*. Num contexto em que O *sujeito* é entendido como sendo” (...) uma reflexão do indivíduo sobre a sua própria identidade, [e] por isso (...) está na contra-mão do pensamento moderno, está na contra-mão do neoliberalismo e da globalização”, Essas considerações dão o tom da complexidade das relações intrínsecas e extrínsecas que envolvem o homem e o seu meio, num ambiente de intensas transformações. Ademais, sugere que no transcurso da modernidade as transformações e os conflitos envolvendo questões éticas são latentes.

Na modernidade, as crenças e os valores, baseadas na religião, (...) perde a sua hegemonia para o discurso científico. A ciência moderna está empenhada em transformar o mundo com novas tecnologias, mas para que mudar o mundo se a ciência ignora o homem com suas crenças e valores? De que servem todas as conquistas científicas se não para benefício do homem? E onde está o encontro da ciência com os valores humanos?¹¹

Dessa forma, no mesmo documento, o referido autor mostra que a ética e a religião entraram em crise na modernidade. Na sociedade da técnica a tradição não tem lugar, ocorre um explícito conflito entre ambas.

Para sobreviver na modernidade, a religião e a ética necessitam adquirir a idéia de SUJEITO, algo semelhante à experiência amorosa, que descobre a subjetividade. Sendo assim, a religião e a ética se transformam em uma âncora de resistência à modernidade avassaladora. A religião e a ética ao ousar sair do EGO individual, forçam a emergência do SUJEITO, deixando para traz o espírito de rebanho que é a conservação do EGO, conservação do indivíduo preso no contexto sócio-cultural.

Os argumentos anteriormente expostos conduzem a inferência de que os debates relacionados a tais temas são oportunos. Os conflitos inerentes as relações entre a modernidade e a ética ampliam-se; tornam-se cada vez mais evidentes; e, ganham novas facetas. Assim, num mundo dominado pela racionalidade, a necessidade de se proceder uma contínua e abrangente reflexão sobre tais questões, se mostra cada vez mais imperativa.

Feitas essas considerações acerca da relação entre modernidade e ética, é interessante apresentar também o entendimento dessa relação pela perspectiva de teóricos considerados como antimodernistas. As reações antimodernistas surgiram no século XIX com Nietzsche, Freud, a Escola de Frankfurt, Michel Foucault, dentre outros. SOARES (p.06), em sua análise, mostra que Nietzsche foi o primeiro a questionar os fundamentos da modernidade. Para ele, “o mundo moderno, (...), caracteriza-se pelo niilismo, pelo esvaziamento e esterilização dos valores”.

SILVEIRA (p.03), corrobora com essa afirmação quando diz que:

Ele se coloca no interior da modernidade, reivindica a herança iluminista, particularmente de Voltaire, sobretudo pela reação volteriana ao cristianismo. (...) Nietzsche nos deixa carregados de culpa, quando diz: “Deus está morto. Nós o matamos. (...)”. Aquilo que o mundo possuía até agora de mais sagrado e de mais poderoso perdeu seu sangue sob nossos punhais.

11 SILVEIRA disponível em

Nesse sentido, é importante destacar o processo de desintegração e a tendência ao individualismo, presentes na crise da modernidade. Se faz importante ressaltar essas questões dado a influência delas na sociedade global, onde se questiona os valores que estão postos atualmente e as conseqüências destes para a sociedade. As teorias da desintegração afirmam que:

o mercado mundial (...) apagou as inscrições territoriais das estruturas produtivas. (...) A ocidentalização do mundo é um amplo movimento de uniformização do imaginário, que traz como conseqüência a perda das identidades culturais. (Peter Wagner citando Latouche, 1985, pp. 3940).

Ao tratar as teorias da individualização, PETER WAGNER (p. 18) afirma que:

todas as orientações estáveis, como a classe, a cultura e a família, estão se extinguindo, deixando os seres humanos em uma situação de grande insegurança e perigo na condução de suas vidas. Reunindo-se as duas observações, chegamos a uma teoria da segunda crise da modernidade, equivalente à teoria da sociedade de massas.

Na visão do mesmo autor, “o Estado burocrático era o grande responsável pela ênfase no indivíduo e o grande destruidor das estruturas sociais e das identidades coletivas”. Ele ressalta que, com o processo de globalização, tem ocorrido uma disseminação desse fenômeno. No seu entendimento “o Estado-nação aparece quase como uma instituição “intermediária”, simples e corriqueira, e como o abrigo da autêntica expressão cultural¹²”. Por outro lado, as tendências à globalização, fruto da ação do Estado, trazem oportunidades à capacidade humana de ampliar os seus horizontes e suas perspectivas.

As considerações expostas ao longo desse texto, traduzem a complexidade das questões que direta ou indiretamente devem ser relevadas ao se investigar o tema objeto desse artigo. O estudo do tema não se esgota nas discussões até então apontadas. Vale notar, por exemplo, que no bojo dos debates relativos ao assunto cabe efetuar diversos questionamentos apontados por SILVEIRA (p. 01) , alguns deles são: os “valores éticos

se constituem em padrões uniformes, imutáveis e universais ou se são as regras casuísticas de conduta que devem ser adotadas? Deve-se adotar a subjetividade ou a objetividade axiológica? A absolutividade ou relatividade dos valores éticos? A sua Igualdade ou hierarquia? “Quais os pressupostos éticos que deveriam ser seguidos?

Ao tentar responder a essa questão e compreender as transformações dos valores sofridas pela sociedade, alguns autores como Amsperger, Sen, Silva, dentre outros, recorrem à questão socrática, “Como devemos viver?”. Na visão desses autores essa questão é considerada como fundamentalmente balizadora da ética¹³. Também argumentam que, a economia lida com pessoas reais e essas, por sua vez, não podem ser totalmente indiferentes “ao alcance do auto-exame induzido pela questão socrática¹⁴.

A discussão atual sobre ética relata o que se perdeu, com a morte de Deus¹⁵, ou seja, com a perda de valores pelo indivíduo. Não se procura explicação dos fenômenos numa perspectiva do sobrenatural

12 É importante ressaltar que há um amplo debate acerca das terminologias utilizadas por diversos autores ao tratarem dos temas aqui evidenciados. Nesse ambiente, os termos modernidade, pós-modernidade são objetos de controversas discussões. Os argumentos apresentados aqui por Peter Wagner, são considerados como pós-modernidade.

13 Amartya Sen (1999) fazendo referência a Bernard Williams (1985)

14 Discussão presentes nos estudos de SEN (1999), SILVA (2007) e ARNSPERGER (2003).

15 conforme preconizado por Nietzsche, a racionalização da realidade destruiu a religião, o marco referencial da fé, as distinções entre o temporal-espiritual, e natural-sobrenatural.

e sim numa perspectiva objetiva, da ciência e da razão. Essa transformação leva a uma praticidade em que se “desconsidera” alguns dos principais valores adquiridos ao longo da história da humanidade, e acredita-se que essa concepção do pragmatismo científico leva a perda de valores conducentes à falta de ética, por se ter perdido o foco na questão socrática, “Como devemos viver”?

Dessa forma, Aristóteles com a “Ética a Nicômaco”, procura apresentar na origem, o sentido da palavra *ethos*. Na sua perspectiva, o objeto de um ato ético é o bem, “admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, como muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem”¹⁶.

Porém, é importante destacar que, o fundamento da nova ética deve centrar-se no “sujeito que descobre o outro, e assim descobre o verdadeiro sentido da alteridade”¹⁷.

Os debates relativos a esse tema estabelecidos ao longo do tempo ganharam grande amplitude. Discutiu-se a ética relacionando-a com diversos campos da conduta humana. Vale notar, inclusive que, nos debates relacionados a ética e a economia motivou uma rica discussão.

Dessa forma, é possível perceber que, a ligação entre economia e ética se remonta às origens da própria Economia. Nesse sentido, SEN(1999) faz uma referência interessante em relação a contradição evidente entre o caráter não ético da economia moderna e “sua evolução histórica (...) como um ramo da ética. Assim:

“Não só o “pai da economia moderna”, Adam Smith, foi professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow (...) mas também o assunto da economia foi por muito tempo considerado de certa forma uma ramificação da ética. O fato de até bem pouco tempo atrás ensinar-se economia em Cambridge simplesmente como parte do “Moral Science Tripos” é apenas um exemplo do diagnóstico tradicional da natureza da economia. De fato, na década de 1930, quando Lionel Robbins, (...), afirmou que “não parece logicamente possível associar os dois estudos [economia e ética] de forma nenhuma além da justaposição”, ele estava assumindo uma postura na época bastante inusitada, embora hoje ela esteja extremamente em voga.”.

Sen argumenta que Robbins sabia que estava contrapondo à idéia predominante à época que enfatizava a ligação entre economia e ética. Não seria possível discutir ética sem se referir as questões de cunho econômico, dado que a economia, (...), relaciona-se ao estudo da ética e da política (...)¹⁸.

SILVA (2007, p.21) corrobora com essa questão, quando diz que:

o problema é que, como nota Sen, o berço da economia é a filosofia moral ou a ética e, portanto, faz-se mister: uma convergência entre economia positiva e economia normativa; como decorrência, uma reavaliação do pressuposto de racionalidade em economia (...); uma conseqüente reavaliação sobre a relação entre auto-interesse, egoísmo e altruísmo; e por fim, uma reconsideração de como os resultados derivados da teoria econômica positiva podem definir o cenário sobre o qual as proposições normativas e éticas podem ser feitas.

SEN (1999, p.19), analisa as origens da Economia, baseada em duas vertentes:

1) Economia com base na ética¹⁹.

16 SILVA (2007).

17 SEN, 1999, p.18.

18 SEN, 1999, p.19.

19 No rol dos economistas cujas obras analisam a economia mais em uma perspectiva das questões “éticas” pode-se citar grandes

2) Economia com base na engenharia²⁰.

Pela abordagem da economia pelo ramo da ética, Sen retoma a questão Aristotélica²¹, “como devemos viver”? Discute que a Economia está associada aos fins humanos e faz referência à sua preocupação com a riqueza. Todavia, o autor também enfoca a importância da política, pois, essa precisa das demais ciências, inclusive a economia, para legislar sobre o que devemos e o que não devemos fazer. Nesse sentido, a política precisa incluir a finalidade das demais ciências para atingir a sua própria finalidade, ou seja, alcançar o bem para o homem.

Nessa perspectiva, os estudos da economia, da ética e da filosofia política estão relacionados.

ARNSPERGER (2003) corrobora com essa discussão. Ao considerar a ética social como também uma ética econômica, ARNSPERGER evidencia que há uma relação existente entre economia e ética.

Duas questões, primordiais à economia devem ser consideradas, quando se associa a economia à ética. A primeira diz respeito ao problema da motivação humana, ligado à questão ética relacionada à indagação de: “como devemos viver?” Vale destacar que o fundamental nessa questão é reconhecer que as deliberações éticas são importantes para o comportamento humano.

A segunda se refere a avaliação da realização social. Nessa concepção, a realização social relacionada à ética, o atendimento à eficiência não pode ser avaliado como prioridade. Nesse caso “a avaliação tem de ser mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do bem”²².

Assim, a Economia analisa as questões relacionadas à promoção do bem comum para o homem e às questões relativas a como devemos viver, ou seja, uma abordagem mais voltada para os fins supremos. Por outro lado, na concepção da Economia, pela abordagem da origem engenheira, a discussão é centrada em questões logísticas. Essa abordagem admite que “(...) os fins são dados muito diretamente, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingí-los. O comportamento humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis²³. É importante perceber, todavia, que:

(...) tanto a origem da economia relacionada à ética quanto a baseada na engenharia [têm] poder de persuasão. (...) As questões profundas suscitadas pela concepção de motivação e realização social relacionada à ética precisam encontrar um lugar de importância na economia moderna, mas ao mesmo tempo é impossível negar que a abordagem da engenharia também tem muito a oferecer à economia²⁴.

Nessas duas formas de conceber a economia, é importante frisar, que a Economia do Bem Estar, mais afinada com a “economia engenheira” não manifesta nenhum interesse por qualquer tipo de teoria ética. Pois a economia, vista pelo aspecto da engenharia, adotou uma postura restrita da ética. Assim, SEN (1999, p.66) assinala que “o critério utilitarista e... da eficiência de Pareto foram atrativos especialmente por não exigirem demais da imaginação ética do economista convencional”.

nomes, como Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx, Francis Edgeworth.

20 A denominação de abordagem engenheira da economia é assim atribuída por ter sido desenvolvida por engenheiros e ainda por alguns estudos econômicos desenvolvidos a partir de análises técnicas da estatística. Leon Walras, William Petty, François Quesnay, David Ricardo, Augustine Cournot são alguns dos expoentes que adotam nas suas obras uma focalização bem mais relacionada à logística e a engenharia na economia.

21 em “Ética a Nicômaco”.

22 SEN, 1999, p.20

23 SEN, 1999, p.20

24 SEN, 1999, p.22.

Essas considerações espelham o significativo conflito existente entre as citadas abordagens econômicas. Uma que busca compreender os fenômenos econômicos por um prisma que privilegia aspectos das teorias utilitaristas e outra que incorpora em sua abordagem aspectos relacionados à ética. Esse artigo discutirá alguns elementos relacionados à economia do Bem Estar, como forma de compreender o comportamento do indivíduo, frente à ética e ao auto-interesse. Para tanto serão abordados alguns pontos relativos à eficiência ao ótimo de Pareto.

ÓTIMO DE PARETO E EFICIÊNCIA ECONÔMICA²⁵

Para discutir as questões relativas à teoria do Bem Estar, é importante que se apresentem algumas definições conceituais relativas à ela, cujo entendimento é fundamental para a investigação do tema proposto. Assim nos parágrafos seguintes serão abordados aspectos relativos à eficiência econômica e ao auto-interesse.

É sabido que a Teoria Econômica Neoclássica estabelece um modelo de funcionamento da Economia e o considera aplicável a qualquer economia. Mas, é sabido também, que tal modelo é baseado em um conjunto de hipóteses restritivas, porém razoáveis para explicação do funcionamento econômico²⁶.

Nesse cenário, alguns teóricos como SEN (1999) e SILVA (2007), ao discutirem a eficiência econômica, mostram que esse termo pode ser conceituado sob a perspectiva da produção e do consumo. Assim, é possível definir, de forma clara e objetiva, dois conceitos que estão por trás da noção de eficiência econômica:

1) "Uma economia opera com máxima eficiência se e somente se todos os recursos econômicos escassos, incluindo os fatores de produção, são utilizados plenamente e, dada a tecnologia existente, da melhor forma possível. Numa situação em que o máximo possível de determinadas quantidades de bem e serviços é produzido na economia, apenas é possível aumentar a produção de pelo menos um setor da economia se e somente se são redistribuídos fatores de produção de pelo menos um setor da economia para o que produz o referido bem."

Essa é a situação do ótimo de Pareto do ponto de vista da produção.

2) "Uma economia opera com máxima eficiência se todos os consumidores consomem o máximo possível, dada a renda de que dispõem, pouco importando a distribuição da riqueza e da renda na economia".

Essa é a situação de ótimo de Pareto do ponto de vista do consumo. (SEN, 1999)

Nessa situação, onde existe máxima eficiência na produção e no consumo, pode-se dizer que existe ótimo de Pareto na produção e no consumo. Essa é a situação denominada de *first best*. Assim, na análise da Economia do Bem-estar "considera-se que um determinado estado social atingiu um Ótimo de Pareto se e somente se for impossível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de alguma outra pessoa".

25 Nessa parte do estudo, que se refere à Eficiência Econômica, foi bastante explorada a teoria de A. Sen, isso porque, conforme palavras de SILVA (2007, p. 01) "Sen é o principal economista a lidar com questões de filosofia moral e racionalidade econômica" e, exatamente por isso que todos os autores consultados fazem referência à obra de Sen.

26 Para consultar essas hipóteses ver SILVA (2007, p.104); PINDYCK & RUBINFELD. Microeconomia, 5ª edição; BESANKO & BRAEUTGAM, Microeconomia: uma abordagem completa e VARIAN, R.Hal. Microeconomia: princípios básicos, 6ª edição.

Nesse sentido, os argumentos de SEN (1999, 47) vão em direção a um tipo limitado de êxito, pois “um estado pode estar no ótimo de Pareto havendo algumas pessoas na miséria extrema e outras nadando em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos ricos”. Um Ótimo de Pareto, pressupõe um certo equilíbrio competitivo, mas como é possível conceber um equilíbrio em condições de tamanha desigualdade?

Para o citado autor, não é totalmente apropriada o uso da terminologia Ótimo de Pareto como sinônimo de eficiência econômica. O emprego do termo pode ser considerado apropriado quando o objetivo for analisar a eficiência, no espaço das utilidades, de forma que as questões distributivas relativas à ela, não estejam contempladas. Por outro lado, quando o analista utiliza o termo; enfocando a eficiência com base, exclusivamente, na utilidade, o uso da terminologia se mostra inadequada. Pois, para tanto, deveria levar em conta outras questões relativas ao êxito da sociedade²⁷.

Nas considerações efetuadas anteriormente, verifica-se que, a otimidade de Pareto capta os aspectos da eficiência apenas pelo cálculo da utilidade. Nessa perspectiva, SEN (1999, p. 50) ao criticar a utilização do Ótimo de Pareto e do comportamento auto-interessado, na Teoria do Bem-Estar, aceita que alguns fatores podem ser vistos como limitantes. Ele questiona o mérito da utilização da otimidade de Pareto como único critério de julgamento da eficiência econômica. Questiona também, a relevância da utilização do comportamento auto-interessado como a base, única, no processo de escolha econômica.

Para esse autor, “Os vários afastamentos do welfarismo podem fornecer argumentos para rejeitar o comportamento auto-interessado”. Isso ocorre de modo mais evidente quando se dá importância ao “aspecto da condição de agente” de uma pessoa. De fato, a própria pessoa pode ter motivos para empenhar-se por objetivos outros que não o próprio bem-estar ou interesse individual. Nessa perspectiva, é importante distinguir entre o aspecto do bem-estar e o aspecto da condição de agente de uma pessoa.

Assim:

27 SEN (1999, p. 49)

o bem-estar refere-se as realizações e oportunidades dos indivíduos no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo.

Assim, o indivíduo, enquanto agente, vai reconhecer e respeitar a sua capacidade para estabelecer objetivos, mostra-se provido de valores e comprometido com esses. Em relação ao seu bem-estar, considerando que a sua motivação esteja ligada ao seu auto-interesse, a sua condição de agente pode estar voltada para o seu próprio bem-estar. Desta forma, seu comportamento não implica em qualquer conflito no que se refere a sua condição de agente.

Vale notar, entretanto, que essa forma de perceber o indivíduo não é a única possível. Na realidade a condição de agente poderia levar o indivíduo a adotar uma concepção puramente ética, de forma a não privilegiar o seu próprio bem-estar. Na perspectiva dessa concepção, a ética é subjetivamente compreendida, assim tudo que o indivíduo valoriza e deseja obter é valioso para ele. Porém, a subjetividade que está por trás dessa questão dá margem a questionamentos.

É importante frisar, como apontado por SEN (1999, p.59-61) que, existe uma dualidade do indivíduo no que se refere às questões éticas²⁸, pois o indivíduo se porta em termos de agente e em

27 SEN (1999, p. 49)

28 Francis Edgeworth tentou analisar o conflito do comportamento individual. Na sua concepção esse conflito relaciona-se com

termos de seu bem-estar. Dessa forma, uma pessoa pode estar mais feliz se tiver obtido o que desejava para si e para o seu meio envolvente. Todavia, é possível que o seu bem-estar seja reduzido, caso não consiga obter o que desejava enquanto agente. De toda forma, embora possa ocorrer, não existe nenhum motivo para crer que o aspecto da condição de agente e o aspecto do bem-estar de uma pessoa sejam independentes um do outro.

É válido notar que, partindo de uma situação onde existe o Ótimo de Pareto, caso um dos indivíduos envolvidos nela altere sua conduta pautado pela busca do autointeresse, gera uma nova realidade. Nesse novo contexto, a situação não pode ser considerada como ótima, na perspectiva paretiana.

Considerando que o comportamento das pessoas são afetadas por questões éticas, deve-se permitir que considerações da Economia do Bem-estar terá o impacto no comportamento real das pessoas. “De fato, seria um grande absurdo dedicar muita atenção ao tema da ética se efetivamente considerações éticas nunca afetassem o comportamento real das pessoas”.

A sensação de invulnerabilidade à ética (...) surge em parte da alegada força da hipótese de que o comportamento humano, pelo menos em questões econômicas, pode ser satisfatoriamente previsto com base na maximização do auto-interesse. (SEN,1999, p.68)

No bojo dessas discussões, alguns teóricos criticam o welfarismo. Uma dessas críticas refere-se à utilidade como reflexo do bem-estar de uma pessoa. Mas não se pode julgar o êxito de uma pessoa, considerando, exclusivamente, o seu bem-estar. De fato, “uma pessoa pode dar valor à promoção de determinadas causas e à ocorrência de certos eventos mesmo que a importância atribuída a esses fatos não se relacione com uma melhora em seu próprio bem-estar”²⁹.

Dessa forma, a crítica à utilidade como única fonte de valor e sua identificação como fator determinante do bem-estar da pessoa pode ser justificada pelas seguintes óticas. Numa delas, o bem-estar não é a única coisa valiosa; na outra, a utilidade não representa adequadamente o bem-estar. Assim, a teoria neoclássica da análise do bemestar é claramente criticada por alguns autores. Ademais, pelo entendimento de alguns estudiosos, o inadequado comportamento auto-interessado pode ser grave sobre a ótica da ética, pois, não é aceito como correto, analisar questões relativas a direitos e liberdades, tendo como base aspectos relacionados ao comportamento auto-interessado. SEN, (1999, p. 72), por exemplo, aceita-se que “o indivíduo é livre para empenhar-se por seus interesses, porém isso não significa que a existência desses direitos não indica que seria eticamente apropriado exercê-lo por meio do comportamento auto-interessado”.

De fato, não é plausível que se analise a eficiência sem considerar as motivações dos agentes econômicos. Na realidade, tentar equacionar os problemas relativos à eficiência econômica e a ética constitui uma das grandes questões da ciência econômica. Na perspectiva desse artigo, a idéia era começar uma discussão a respeito da complexidade de se trabalhar com eficiência em abordagens éticas, principalmente quando se considerar eficiência na perspectiva apresentada pela Teoria Neoclássica

egoísmo versus utilitarismo. Assim: “é verdade que o ótimo utilitarista deve ser, inter alia, um ótimo de Pareto, e também é verdade que - nas circunstâncias requeridas pelo chamado “teorema fundamental” – qualquer afastamento do comportamento auto-interessado pode muito bem ameaçar a obtenção de otimalidade de Pareto. Mas não é verdade que qualquer movimento que se desvie de um estado que é um ótimo de Pareto para outro não-ótimo deva reduzir a utilidade agregada. Na verdade, com frequência isso não acontecerá”.

da Economia do Bem-Estar, pois os pressupostos dessa são bastante restritivos e não permite analisar a eficiência sobre a ótica das questões normativas relativas ao comportamento auto-interessado do indivíduo.

CONCLUSÃO

As considerações expostas ao longo desse texto dão a entender que existe um posicionamento teoricamente diferenciado de diversos autores em relação à concepção do auto-interesse e da ética na análise da Economia do Bem-Estar. Ficou evidente que, embora as teorias focadas prioritariamente no utilitarismo embora elucidem importantes aspectos relacionados ao comportamento do indivíduo, não é suficiente para trazer a luz todo o conjunto de aspectos que envolvem a sua decisão e o seu estado de satisfação.

Por outro lado, as análises relacionadas ao comportamento do indivíduo, que se pautam na Economia pela perspectiva Ética trás à luz uma variedade mais ampla de aspectos que podem influir nas decisões e no comportamento do indivíduo. Nesse caso, entretanto, são diversos os determinantes subjetivos a serem considerados, fato que torna a análise mais complexa.

Diante desse contexto, ficou evidente também a importância dos aspectos relacionados a ética, bem como aqueles relacionados ao auto-interesse, para que se possa compreender o comportamento real do indivíduo. Assim, é plausível inferir que a Teoria do Bem-Estar, deve procurar incorporar em seus modelos elementos que traduzam de maneira mais efetiva o amplo e complexo conjunto de motivações que envolvem o comportamento dos indivíduos na busca pelo auto-interesse, sem negligenciar os aspectos éticos inerentes a ele.

REFERENCIAS

- ARNSPERGER, Christian. L'éthique économique et sociale DOUS aide-t-elle à agir? - Chaire Hoover & FNRS (Bruxelles) Octobre 2003 (A paraître dans Revue de théologie et de philosophie (Geneve), hiver 2004) disponível em http://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/etes/documents/DOCH_135_
- ARNSPERGER, Christian. Marxisme, éthique de l'action critique et éthique du compromis conflictuel : Reperes pour un second souffle - FNRS & Chaire Hoover (UCL) (Article à paraître au printemps 2004 dans Cahiers Marxistes)
- FAGÚNDEZ , Paulo Roney Ávila. O significado da modernidade. Disponível em http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/cejur/arqui_vos/significado_modernidade_paulo_fagundes.pdf
- FORMENTINI, Márcia & OLIVEIRA, Tiago Mainieri de. Ética e Responsabilidade Social - Repensando a Comunicação Empresarial. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ Ijuí/RS disponível em <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0189.htm>
- SEN, Amartya Kumar. Sobre ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves de. Ética e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SILVEIRA, José de Deus Luongo da (org.). Questões sobre a ética e a crise da modernidade. Disponível em <http://www.via-rs.net/pessoais/joseluongo/Texto8.htm>
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. O projeto da modernidade e o direito. Disponível em <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdL147/r147-21.PDF>
- WAGNER, Peter. A Crise da Modernidade: A sociologia política no contexto histórico. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs3L02.htm